

# Pesquisa revela preferência pelo presidencialismo

O presidencialismo, mas um presidencialismo "moderado", com eleições diretas para Presidente e reeleição, em vez do parlamentarismo, é a preferência da maioria dos eleitores entrevistados nas regiões metropolitanas do Rio e São Paulo, em pesquisa realizada pelo Instituto Gallup. Para que esta forma de Governo dê certo, a maioria dos entrevistados crê que o Presidente da República deveria ter o direito de dissolver o Congresso, e convocar novas eleições, se fosse impedido de governar pelos parlamentares. O Congresso, por sua vez, teria o poder de exigir a demissão dos Ministros que não estivessem desempenhando bem a sua função.

A sondagem abrangeu 1.349 eleitores, ouvidos pessoalmente e em seu domicílio. Os entrevistados foram escolhidos por amostragem probabilística de área (sorteios sucessivos de setores, quarteirões e domicílios) e estratificados por sexo, classe social e idade. Para maior segurança, uma em cada cinco entrevistas realizada por cada entrevistador foi refeita para conferência das informações obtidas.

Sejam defensores do presidencialismo ou do parlamentarismo, os constituintes que definirão a forma de Governo do País devem começar por atentar para um fato destacado pela pesquisa do Gallup: apenas uma em cada cinco pessoas adultas no ei-

xo Rio-São Paulo sabe a diferença entre presidencialismo e parlamentarismo. Dos 21% dos entrevistados que comprovaram saber a distinção entre as duas formas de Governo, a maioria (11%) prefere o presidencialismo, contra 8% que apoiam o parlamentarismo e dois por cento que não quiseram opinar.

O corte por nível social mostra que a maior percentagem de informação sobre a diferença entre as duas formas de Governo é encontrada entre os entrevistados da classe A — 55% dos ouvidos nesta classe social efetivamente sabem a diferença entre Parlamentarismo e presidencialismo —, sendo que a maioria (28%) apóia a segunda forma, contra 21% dos que são a favor do regime parlamentarista.

A vantagem do regime presidencialista também é notada, embora por pequena margem, na classe B: entre os 40% dos entrevistados desta classe que demonstraram saber a diferença entre os regimes, 20% são pelo presidencialismo, enquanto 17% opinaram em favor do parlamenta-

rismo. A vantagem do presidencialismo se mantém nas classes C (12% contra 7%) e nas classes D e E (3% a 2%), sempre se contando apenas entre aqueles que comprovaram saber a diferença entre os regimes.

Mas, seja no presidencialismo, seja no parlamentarismo, os entrevistados pelos pesquisadores do Instituto Gallup deixaram claro em suas respostas que gostariam que o País tivesse uma forma de Governo onde houvesse equilíbrio entre Executivo e Legislativo. Assim, 71% do total dos ouvidos acham que o Presidente deveria ter o direito de dissolver o Congresso e convocar novas eleições se deputados e senadores estiverem impedindo o Governo de agir. Essa tendência só é contrariada entre os entrevistados da classe A: 52% deles são contra (47% são a favor) à dissolução do Congresso pelo Presidente, o que tem o apoio de 64% das pessoas da classe B, 71% entre as da classe C e nada menos do que 79% entre os ouvidos pertencentes às classes D e E.

Mas se são a favor de que o Presidente possa dissolver o Congresso, os entrevistados pelo Gallup acham

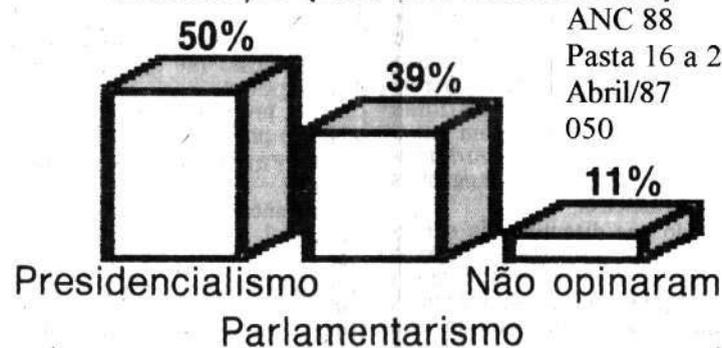
que os deputados e senadores deveriam ter o direito de demitir os Ministros que estivessem implementando uma política contrária aos interesses da maioria da população. Essa é a opinião de 90% do total de entrevistados e desta vez não há diferença significativa entre as pessoas das diferentes classes, pois a proposta conta com apoio de 87% dos entrevistados da classe A, 91% dos da classe B, 91% dos ouvidos na classe C e 89 dos entrevistados das classes D e E.

O presidencialismo deve prever, para ser aprovado por 94% dos brasileiros de todos os níveis sociais, eleições diretas para o titular do posto mais alto do País. No regime presidencialista mais desejado pelos entrevistados na amostra do Instituto Gallup, o Presidente da República teria o direito de ser reeleito: a tese conta com o apoio de 89% dos ouvidos. Ela também tem uma distribuição homogênea entre as pessoas de todos os níveis culturais, sendo aprovada por 91% dos que têm instrução secundária, 90% dos que têm curso superior e 85% entre aqueles que estudaram apenas até o primário.

O Sr. sabe qual é a diferença entre Presidencialismo e Parlamentarismo



Entre os que sabem a diferença entre os regimes e sabem o que é Constituição (22% dos entrevistados)



O Sr. sabe o que é Constituição



## Entrevistados querem participar da Constituinte e têm esperança

O desconhecimento demonstrado pelos entrevistados na pesquisa realizada antes das eleições (setembro de 86) pelo Instituto Gallup sobre a função de uma Constituinte não impediu que, em dezembro de 86, os entrevistados por uma nova pesquisa (mas que usou a mesma metodologia) demonstrassem uma grande vontade de participar da elaboração da nova Carta do País. A população brasileira, pelo que pode ser concluído das 2.507 entrevistas feitas em todo o Brasil pelos pesquisadores do Gallup, tem muita esperança de que a sua vida mude para melhor com a nova Constituição e quer dar a sua colaboração para que sejam realiza-

das mudanças no País.

Esse desejo por mudança levou 37% dos entrevistados a pedir uma Constituição inteiramente diferente da atual, o que somado aos 32% que querem uma nova Carta diferente apenas um pouco da atual, mostra que 69% dos brasileiros querem que a Constituinte modifique a Constituição em vigor. Apenas 9% dos entrevistados disseram que queriam uma nova Carta parecida com a de hoje e 8% dos ouvidos pelo Gallup acharam que o Brasil não precisa de nova Constituição.

O desejo de mudanças se acentua à medida em que se sobe na escala de escolaridade: 69% dentre os de ins-

trução superior querem participar da elaboração da Constituição, percentagem que cai para 41% entre os que só tem o nível primário. No outro extremo das opiniões, 54% dos que tem apenas o nível primário acham que a nova Carta é assunto apenas de deputados e senadores e que o povo não tem nada que participar de sua elaboração. Essa opinião é compartilhada por somente 26% dos entrevistados com nível superior.

A esperança de que haja mudanças se reflete também na esmagadora (88%) maioria de brasileiros que desejam ver os debates constitucio-

nais serem transmitidos pela televisão. Desses, 62% disseram que teriam "muito interesse" em assistir aos debates e 26% teriam algum interesse. Dentre os que demonstraram "muito interesse", 76% têm curso superior, 72% são da classe A e 65% moram na região Sudeste.

Dos entrevistados pelos pesquisadores, 75% acham que a nova Carta deveria ser submetida à aprovação do povo, enquanto 24% opinaram que isto não é necessário. Essa opinião conseguiu ter um índice de aprovação homogêneo em todas as classes sociais: 70% na classe A; 70% na B; 76% na classe C e 70% de aprovação nas classes D e E.

## O poder presidencial

BOLIVAR LAMOUNIER

A amplitude dos poderes presidenciais é uma das questões mais importantes e espinhosas com que se vai defrontar o Congresso Constituinte. A escolha da futura forma de Governo (presidencialista, parlamentarista, ou mista) incide diretamente sobre ela. Devemos manter a extensão atual dos poderes e prerrogativas do Presidente da República, ou devemos reduzi-la?

Nada leva a crer que a maioria dos constituintes tenha, a esta altura, uma opinião sedimentada sobre esta matéria, mas pode-se dizer que o debate comporta quatro posições básicas. A primeira é a dos hiperpresidencialistas, ou seja, daqueles que desejam manter uma Presidência com poderes amplíssimos, a começar pelo decreto-lei com decurso de prazo. A segunda seria a dos presidencialistas moderados, que optam pela preservação da forma de Governo vigente, mas sem os exageros a que ela foi levada pelos governos militares. Uma terceira posição, adotada no projeto da Comissão Afonso Arinos, é a de regime misto, ou seja, uma forma de governo em que o Presidente da República, eleito diretamente, convive com um Primeiro-Ministro permanentemente responsável perante a Câmara dos Deputados. A eleição direta assegura ao Presidente, na condição de

Chefe de Estado, a autoridade necessária para atuar como fiador do equilíbrio institucional, mas quem de fato governa, no dia a dia, é o Primeiro Ministro. Finalmente, no outro extremo, os parlamentaristas clássicos, para os quais o Congresso é que deve ser o centro de gravitação mais importante, na verdade quase exclusivo. Nesse último modelo o Presidente da República não pode dispor nem de poderes nem de legitimidade para intervir a todo o momento no governo e na política econômica. Já se vê que é uma figura incompatível com a eleição direta, processo de escolha eminentemente carismático, criador de compromissos partidários profundos e de relações emocionalmente intensas com o eleitorado.

A pesquisa que hoje começamos a publicar mostra, em primeiro lugar, que os brasileiros não abrem mão da eleição direta do Presidente da República. Quanto a este ponto, não cabe a menor dúvida de que os parlamentaristas clássicos terão de nadar contra a corrente se quiserem defender sua posição. O anseio de participação represso durante vinte anos pelos governos militares e em seguida a empolgação das diretas-já, em 1984, sedimentaram uma preferência que já era dominante no país. E, com efeito, 94% dos nossos entrevistados querem que o Presidente seja eleito diretamente. Não há variações dignas de nota ao longo da escala social. Em todo os níveis, essa resposta é praticamente unânime.

A pergunta sobre a reeleição do Presidente da República envolve questões

mais complexas, mas reforça a idéia de que dificilmente um Presidente brasileiro será um simples dignitário recolhido ao fundo do quadro. Além de quererem a eleição direta, os entrevistados aceitam, em tese, que o Presidente da República seja reeleito. Convém lembrar, entretanto, que a popularidade do Presidente Sarney achava-se em níveis muito mais elevados no momento da pesquisa; e mais ainda, que os entrevistados, mesmo os de nível educacional alto, não foram ainda expostos ao debate institucional propriamente dito. Quando isso ocorrer, torna-se evidente que a reeleição é problemática num país como o nosso. Ela é desaconselhável, desde logo, em virtude do excessivo comprometimento da máquina governamental nas eleições. Se a forma de governo escolhida for a mista, a necessidade de que o Presidente da República se transforme num magistrado acima dos partidos torna a reeleição ainda menos conveniente. O ideal, nesse modelo, é que o mandato seja longo, digamos de seis anos, mas sem expor o Presidente em exercício aos combates de uma campanha eleitoral.

A pergunta sobre o decurso de prazo indica que a sociedade brasileira se inclina por um relacionamento mais equilibrado entre o Executivo e o Legislativo. Caso seja mantido o decreto-lei, e é bom lembrar que não se trata de questão pacífica, esse novo relacionamento exigiria certamente a extinção do decurso de prazo. No mínimo seria necessário invertê-lo, ou seja, considerar não aprovado o projeto não submetido à votação dentro do prazo estipulado.

A grotesca debilidade a que o decurso de prazo submeteu o Legislativo é claramente percebida por boa parte da população. Não há uma opinião sedimentada e majoritária, mas há 44% de opiniões favoráveis a uma participação mais efetiva do Congresso. Vale a pena observar que esta posição é tanto mais frequente quanto mais alto o nível de instrução. Entre os entrevistados de nível superior, o índice favorável à extinção do decurso de prazo alcança 54%, em contraste com apenas 28% pela manutenção e 18% sem uma opinião firmada.

Sendo demarcado extremas as posições dos hiperpresidencialistas e dos parlamentaristas clássicos, tudo indica que o embate se dará entre os adeptos de um presidencialismo atenuado ou de um regime misto. A atenuação do presidencialismo pode ser vista com decorrência necessária da redemocratização do país, já que é inconcebível um relacionamento normal entre o Executivo e o Legislativo quando este último acha-se sujeito a instrumentos draconianos como o decurso de prazo. Transitar para o regime misto seria uma mudança mais substancial, cujos fundamentos na opinião pública do país precisam ser melhor examinados.